

Processo	01021-2008-019-03-00-6 RO		Ver	Inteiro	Ver	Ver
			Teor	Andamento	Sentença	
Data de Publicação	31/08/2009	DEJT	Página: 195			
Órgão Julgador	Sexta Turma					
Relator	Emerson José Alves Lage					
Revisor	Anemar Pereira Amaral					
Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CABIMENTO					

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - INFRINGÊNCIAS ÀS NORMAS ATINENTES AO LIMITE MÁXIMO DE HORAS EXTRAS DIÁRIAS, E AOS REPOUSOS INTER E INTRAJORNADA, E SEMANAL - CABIMENTO - LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - É cabível ação civil pública visando a obter tutela inibitória consistente em impor à empresa ré obrigação de se abster de violar as normas que estatuem limites ao sobrelabor diário, bem como a obrigatoriedade de concessão de repousos semanais a seus empregados. Na hipótese, o interesse cuja tutela é pretendida transcende o âmbito dos direitos meramente individuais e sua defesa em Juízo cabe ao Ministério Público do Trabalho que tem o dever institucional de "promover ação para a defesa de outros interesses individuais homogêneos, sociais, difusos e coletivos", conforme dita o artigo 6º, VIII, "a", da Lei Complementar 75/93.

Processo	03248-2008-063-03-00-4 RO		Ver Inteiro Teor	Ver Andamento	Ver Sentença
Data de Publicação	03/11/2009	DEJT	Página: 59		
Órgão Julgador	Oitava Turma				
Relator	Cleube de Freitas Pereira				
Revisor	Denise Alves Horta				
Tema	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO				

EMENTA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - INTERESSE DE UM GRUPO DETERMINADO DE TRABALHADORES - LEGITIMIDADE. Nos termos do art. 83, inciso III, da Lei Complementar 75/93, o Ministério Público do Trabalho tem autêntica legitimidade para "promover a **ação civil pública** no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais

constitucionalmente garantidos". E essa legitimidade para propor ação civil pública presta-se, inclusive, a proteger direitos individuais homogêneos, já que **o fato de se tratar de interesse de um grupo determinado de trabalhadores não subtrai do Órgão Ministerial a atribuição legal de velar pelo cumprimento da Lei trabalhista.**